

# Políticas públicas museais e a promoção de programas de educação em museus: os públicos no plural

*Museum public policies and the promotion of education programs in museums: the public in the plural*

Marília Xavier Cury\*

Palavras chave:  
Políticas públicas museais  
Educação em museus  
Pandemia de coronavírus

Resumo: O artigo contribui com o debate sobre programas de educação em museus, sua organização e seus públicos, em face da Política Nacional de Museus. A discussão parte da pesquisa intitulada “Análise de narrativas educativas em museus”, realizada com equipes de educação (2014-2016) no momento da formulação da Política Nacional de Educação Museal. A pesquisa qualitativa e exploratória afirma a profissionalização das equipes interdisciplinares de educadores para atender à pluralidade de públicos e garantir a equidade de acesso, sua capacidade criadora e habilidade articuladora com outros setores museais, públicos e organizações diversas. A análise no viés da comunicação museológica gera pontos que convergem para a crítica sobre educação museal, que esperamos ser considerada nas políticas museais pós-pandemia de coronavírus.

Keywords:  
Museum public policies  
Museum educator  
Coronavirus pandemic

Abstract: The article contributes to the debate about education programs in museums, their organization and their audiences, according to the National Museum Policy. The discussion is part of the Research Analysis of Educational Narratives in Museums carried out with education teams (2014-2016) at the time of the formulation of the National Museum of Education Museum. The qualitative and exploratory research affirms the professionalization of the interdisciplinary teams of educators, to serve the plurality of audiences and guarantee equity of access, their creative capacity and ability to articulate with other museum sectors, audiences and diverse organizations. The analysis in the museological communication bias generates points that converge to the criticism about museum education, which we hope will be considered in the post-pandemic coronavirus museum policies.

Recebido em 10 de dezembro de 2020. Aprovado em 22 de março de 2021.

## Introdução

Nos marcos dos debates da museologia brasileira, o cotidiano do museu é um referencial significativo quanto à gestão e à implementação de programas e projetos que refletem a vocação institucional orientadora da sua atuação. Nesse sentido, a realidade empírica nos oferece ricos elementos para uma discussão ampla, baseada no

“saber fazer” e nas ricas contribuições de instituições e equipes que aceitam o desafio das funções básicas dos museus – científica, social e educacional – e os diálogos entre estas, promovidos pelas políticas institucionais, mas apoiando-se nas políticas públicas.

No sentido das articulações institucionais, o setor de educação tem papel relevante, pois para educar por meio e/ou a partir de um museu, esse setor atua transversalmente, ao mesmo tempo em

\* Museóloga e Educadora de Museu. Professora Associada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Coordena o InterMuseologias – Laboratório Interfaces entre Museologias – Comunicação, Mediação, Públicos e Recepção. E-mail: maxavier@usp.br.

que é base da missão institucional. Entre tantos objetivos, um museu cuida da educação, e entre tantas responsabilidades, educa na perspectiva não formal e sobre cidadania e valores humanos individuais, coletivos e de grupos, para afirmações identitárias diversas, como nos informa a Política Nacional de Museus (PNM).

Na constituição de um campo educacional para os museus, não podemos esquecer o papel desempenhado pelo que conhecemos como Ceca Brasil, interligação entre os membros brasileiros do Ceca<sup>1</sup> e as ações educacionais institucionais reunidas em fóruns que se intensificaram anualmente em torno dos temas dos encontros internacionais do Ceca-Icom. Esses fóruns produziram artigos apresentados e publicados nos anais dos eventos, que podem ser lidos e estudados como registros de um movimento brasileiro de fértil reflexão e contribuições para aquilo que entendemos hoje como educação museal. São, ao todo, 13 artigos coletivos que representam anos de discussões de grupos de composição flexível, dinâmica e criativa, disponíveis em “O Comitê de Educação e Ação Cultural (Ceca) e a Promoção da Educação em Museus no Brasil (1996-2009)” (BRUNO, 2010). A articulação do Ceca Brasil se dava amplamente, não somente os membros efetivos do comitê participavam, sendo o convite estendido a profissionais interessados.

Não separamos as discussões do Ceca Brasil de outras, pois muitas vezes os agentes profissionais e institucionais são os mesmos, trabalhando cooperativa e interativamente. Nas particularidades dos museus e centros de ciência e tecnologia, vários eventos ocorreram do fim dos anos de 1990 ao início do século XXI, como exemplificado por Cury (2015), com temas e enfoques tratados e aprofundados:

- Workshop Educação, Museus e Centros de Ciência. Apoio de Vitae – Apoio à Cultura, educação e Promoção Social. Rio de Janeiro, 1999;
- Educação para a Ciência – curso para treinamento em centros e museus de ciência. Estação Ciência/USP, com apoio de Vitae – Apoio à Cultura, educação e Promoção Social. São Paulo, 5 a 10 de junho de 2000;

- Seminário “O Formal e Não Formal na Dimensão Educativa dos Museus”. Museu da Vida/Fiocruz e Mast/MCTI. Rio de Janeiro, 2000;

- Encontro sobre a Pesquisa em Educação, Comunicação e Divulgação Científica em Museus. Museu da Vida/Fiocruz e Mast/MCTI. Rio de Janeiro, 26 a 28 de setembro de 2001;

- Seminário Internacional Implantação de Centros e Museus de Ciência. Casa da Ciência/UFRJ, Museu da Vida/Fiocruz. Apoio de Vitae – Apoio à cultura, educação e promoção social e The British Council. Rio de Janeiro, 2002;

- 34ª Conferência do Comitê Internacional de Museus de Ciência e Tecnologia (Cimuset). Mast/MCTI. Rio de Janeiro, 2006;

- Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia. Museu Histórico Nacional, Mast/MCTI e CNPq. Rio de Janeiro, 2006;

- Workshop Sul-Americano de Mediação em Museus e Centros de Ciência e Escola de “Mediação em Museus e Centros de Ciência”. Museu da Vida/Fiocruz. Rio de Janeiro, 1 a 6 de setembro de 2008.

Com a Política Nacional de Museus (PNM – BRASIL, 2003; NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007) outras articulações foram iniciadas com o objetivo de organização do campo de educação em museus como lugar estratégico.

Antes de sua divulgação pública, a PNM foi precedida por um processo de discussão com diferentes atores ligados ao campo da museologia, cuja metodologia de concepção serviu de parâmetro para a atuação democrática que se buscava no MinC para os outros segmentos culturais (TOLENTINO; CASTRO, 2020, p. 239).

A PNM foi definidora do papel social dos museus no Brasil, com destaque para a diversidade e a participação como direito à musealização:

[...] a necessidade de compreensão das políticas públicas como categoria jurídica se apresentarem na medida em que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, em particular os direitos sociais, direitos esses tratados nas Constituições a partir do século XX, que ultrapassaram os limites da estruturação do poder e das liberdades públicas, e passaram a tratar dos

direitos fundamentais em sentido amplo (TOLENTINO, 2008, p. 9)<sup>2</sup>.

A lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, é bastante abrangente. Aqui trazemos alguns pontos relacionados à educação, tais como o Art. 29: “Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.”

A legislação, ainda, apresenta no Art. 45 as bases para o Plano Museológico, ferramenta de planejamento de alcance global e abrangência integradora, a partir da vocação da instituição. O programa “Educativo e Cultural” faz parte da estrutura desse plano e com o mesmo empenho deve ser elaborado, em consonância com o todo institucional organizado.

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM) tem os seguintes marcos temporais (TOLENTINO; CASTRO, 2020):

- 2010 – 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do qual saiu a Carta de Petrópolis, que apresenta os “Subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Museal”;

- 2014 – no 1º Encontro Nacional do PNEM, durante o 6º Fórum Nacional de Museus, foi definida a Carta de Belém com os “Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal”;

- 2017 – durante o 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, a Carta de Porto Alegre consolida o processo consultivo implementado (IBRAM, 2017b), cuja metodologia encontra-se detalhada no “Caderno da Política Nacional de Educação Museal” (IBRAM, 2018).

Conforme a portaria 422, Parágrafo único (IBRAM, 2017a): “A PNEM é um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores.” Como definição, conforme o Art. 2º desta portaria: “compreende-se por Educação

Museal um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.” Destacando o papel das políticas públicas para o desenvolvimento do setor educacional museal, o Art. 3º complementa: “A presente Portaria destina-se ao campo museal brasileiro como um todo, reconhecendo os museus e os processos museológicos como lugares ideais para a prática dos princípios e diretrizes aqui formalizados” (IBRAM, 2017a).

Em face dos avanços das políticas públicas museais, quanto à participação de distintos públicos e à educação em museus, é que este artigo busca contribuir, com atenção à realidade empírica como lugar metodológico fundamental, sem prejuízo de outras abordagens:

Um dos grandes desafios da educação museal é justamente responder à expectativa de uma variedade tão grande de públicos [...], sendo necessária uma adequação dos meios (discursos, recursos, métodos etc.) utilizados nos processos educativos para possibilitar a acessibilidade cognitiva e atitudinal, na construção de conhecimentos (cognitivos, afetivos, sensíveis, críticos, desenvolvimento de habilidades etc.) a partir dos objetos e patrimônio preservados e/ou expostos pelo museu (SÃO PAULO, 2015, p. 4).

O que está apresentado, para discussão, é como os setores de educação se organizam e atuam, com a análise dos resultados da pesquisa “Análise de narrativas educativas em museus”<sup>3</sup>, realizada entre 2012 e 2016. Considera-se, nesse sentido, que os dados coletados (2014-2016) e os resultados obtidos são contribuições de um momento de consolidação e de avanço, considerando o caráter promotor das políticas públicas e a formulação da PNEM. A pesquisa partiu do pressuposto que as mudanças acontecem circunstancialmente em cada museu por equipes empenhadas, decorrentes de saberes construídos na práxis cotidiana. O que buscamos valorizar é o papel dos museus e de seus setores de educação na efetiva construção das políticas públicas, aqui entendidas como consolidações e continuidades garantidas, como nos apontou Rubim (2008, p. 196) sobre processo que vinha em desenvolvimento:

A construção que vem sendo realizada pelo ministério, em parceria com Estados, municípios e sociedade civil, de um Sistema Nacional de Cultura é vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médios e longos prazos — logo não submetidas às intempéries conjunturais. Tal sistema deve estar associado e comportar outros (sub)sistemas que vem se constituindo, como o Sistema Nacional de Museus (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, 22)<sup>4</sup>.

A pesquisa aqui apresentada se apoiou no ideal que educação museal é campo dinâmico em constante transformação, conjunto de conhecimentos específicos que se organizam, fundamentalmente, no “enfrentamento do objeto” (MENESES, 2000), sem nenhum prejuízo às abordagens sobre o intangível, considerando inclusive que a materialidade para a museologia está ligada à imaterialidade<sup>5</sup>. Sob outra perspectiva:

Para nosotros, la educación en museos es una tarea militante, provocadora y crítica que intenta conectar la práctica educativa del museo con las políticas culturales y con el marco sociocultural que afecta a la institución, cuestionándose la idea de cultura, de museo y, finalmente, de sociedad que se quiere representar y construir (ALDEROQUI, 2012b, p. 39).

A educação museal explora criativamente o potencial do museu:

- as ações de educação devem atender à instituição e aos seus públicos;
- as estratégias educacionais devem estar vinculadas às dinâmicas culturais e sociais com as quais cada museu se relaciona;
- um programa de educação museal alcança distintos públicos, com diferentes demandas por meio de diversas estratégias, que se realiza por uma programação desenvolvida no tempo e no espaço, em consonância com o plano museológico.

Outra premissa fundamental que orientou a pesquisa foi a afirmação de que a educação em museu faz parte da curadoria, ou processo curatorial, como as ações em torno dos *musealia* – objetos museológicos. O educador é curador, como a interpretação realizada pelos públicos é ato de

curadoria; logo, os públicos são curadores também (CURY, 2020), num processo de comunicação museal com a educação em destaque. O sentido curatorial do educador de museus caminha para:

[...] a valorização de suas atribuições demonstrando que a função da educadora e do educador museal não se restringe a ser mediador(a)/atendente/guia nas exposições museológicas, quando estas foram pensadas, planejadas e executadas por outros profissionais historicamente mais valorizados nas relações de trabalho que envolvem o campo dos museus (TOLENTINO; CASTRO, 2020, p. 257).

A pesquisa teve como objetivo desenvolver análises integradas entre a compreensão das formas de uso do museu pelo público e as condições de produção determinadas pelo museu, focalizando os processos educacionais. Visamos explorar modelos de análise de programas e estratégias educativas, para maior clareza sobre como a educação se estrutura nos museus (CURY, 2014). Considerando o diálogo necessário entre produção e recepção, a pesquisa visou levantar pontos para o exercício da crítica, aspecto relevante que corroboraria com o aperfeiçoamento dos processos educacionais museais e com a produção de conhecimento desse campo não formal. O pano de fundo é o plano museológico institucional e o papel da educação museal.

O Art. 5º da portaria 422 (IBRAM, 2017a) cita, entre as diretrizes da PNEM (Eixo I – Gestão), o plano museológico e o programa de educação, a saber:

- I – incentivar a construção do Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, definido a partir da missão do museu, pelo setor de educação museal, em colaboração com os demais setores do museu e a sociedade;
- II – promover o desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural no Plano Museológico e estabelecer entre suas atribuições: missão educativa; referências teóricas e conceituais; diagnósticos de sua competência; descrição dos projetos e plano de trabalho; registro, sistematização e avaliação permanente de suas atividades e formação continuada dos profissionais do museu.

O presente artigo tem como objetivo específico levantar as formas como os setores educacionais realizam seus programas, a partir de um conjunto de ações, conforme a área de gestão – projetos, ações e atividades:

Um Programa é definido como um grupo de projetos relacionados, que tem definições estruturais e conceituais uníssonas, e duração temporal sistematizada, e que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios estratégicos e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente (SÃO PAULO, 2015, p. 7).

E considerando as condições de produção, são estabelecidas relações com as equipes na práxis da instituição e na particularidade do setor<sup>6</sup> (CURY, 2014), sempre com atenção à pluralidade de públicos com os quais se relacionam, como parte da sua missão. Nesse sentido, indo além das definições administrativas na direção dos compromissos primordiais com os públicos:

Es preciso, pues, encarar un verdadero diseño de la participación para entusiasmar a los visitantes a participar, donde cada formato sea pensado en función de qué clase de participación solicitamos a nuestros visitantes y qué implica cada una de ellas para la institución. Cada propuesta de co-producción, colaboración, contribución o co-creación, exige un diseño específico: espacios íntimos, de transición o colectivos; consignas abiertas o cerradas; con o sin mediación; propuestas de corto y largo alcance; de alta o baja tecnología; etcétera (ALDEROQUI, 2015, p. 40).

A esse desenho de participação e de experiências de públicos de museus que Silvia Alderoqui (2015) entende como curadoria de visitantes na exposição, identificaremos simplesmente como curadoria, que extrapolaremos para outras situações educativas no museu, pois todas exigem processos de pesquisa, elaboração, escolha, seleção e interpretação, ou seja, participação com engajamento entre educadores e educadores com públicos.

O que expomos e exploraremos no artigo considera a intersecção entre políticas públicas

museais, conceitos e formas de organização dos setores de educação, visando a valorização destes como parte essencial da museologia e dos museus. Embora a PNEM seja posterior à coleta de dados da pesquisa, essa política é reflexo desse momento produtivo, criativo e desafiador para os setores de educação museal, conforme demonstrado nas análises dos resultados da pesquisa apresentada.

## A pesquisa

A educação em museus é um ramo da museologia aplicada associada à comunicação museal. No que se refere à museologia geral e à teoria museológica, vincula-se à comunicação museológica. Entre a museologia aplicada e a geral, os conhecimentos da práxis educacional em museus estabelece relações diretas com as teorias museológicas, numa relação reflexiva de mútua influência sobre escolhas e paradigmas adotados. A ótica da comunicação é oportuna, pois integra as análises que recaem sobre as interações entre museus e seus públicos e as (re)significação do patrimônio cultural musealizado (CURY, 2005).

Nesse sentido, o setor de educação museal se organiza para a emissão museológica (aqui entendida como a estruturação da mensagem e da narrativa pelo museu), tendo como referência que a emissão e a recepção não são processos díspares e separados, tampouco acontecem no singular ou passivamente. A comunicação museológica foi o viés metodológico determinante da pesquisa “Análise de narrativas educativas em museus”, o que se reflete na apresentação e discussão dos resultados.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram:

1. Visitas técnicas para coleta de dados por meio de formulário preenchido sucessivamente à entrevista com o coordenador do setor de educação, às vezes com a equipe presente;
2. Análise dos dados segundo tipologia de estratégias, ações e programas (formas de consolidação de estratégias e ações) e públicos.

O formulário foi organizado<sup>7</sup> com base em pontos que abrangessem uma estrutura programática que compreendeu quatro orientações: I) Diversidade e diferenças; II) Relação entre

educação formal e não formal; III) Diversificação de estratégias; IV) Temário (mapa cognitivo) (CURY, 2013, 2014).

O formulário compreende os seguintes aspectos: dados da instituição (tipologia, vínculo e administração, horário de funcionamento e ingresso), do setor de educação (formação e composição de equipe, ações desenvolvidas, produção de materiais/recursos, disseminação de conhecimentos externamente, articulação com outros setores da instituição, participações em projetos institucionais, públicos com os quais trabalha).

As instituições escolhidas foram as que apresentavam um setor de educação atuante por anos sucessivos, com equipe e com um conjunto de ações voltadas ao público. Os contatos prévios foram realizados por *e-mail* com informações sobre a pesquisa e seu financiamento, para que os entrevistados – coordenadores do setor de educação ou pessoas designadas por eles – entendessem o alcance pretendido, assim como o vínculo com a academia. Os encontros se deram nas instituições com agendamento prévio. Presencialmente, foram dados os esclarecimentos sobre o formulário, as informações pretendidas e como seriam utilizadas, evitando que o participante se sentisse intimidado com possíveis “avaliações” sobre seu trabalho. Um dos recursos de aproximação foi o fato da pesquisadora ser conhecedora dos problemas e dilemas que envolvem a educação museal no Brasil. O formulário era previamente preenchido com informações objetivas, estas sempre checadas com os participantes, pois nem sempre os sites institucionais consultados apresentavam dados detalhados e/ou atualizados.

As instituições e setores que participaram da pesquisa foram as seguintes<sup>8</sup>:

- Mato Grosso do Sul: Museu das Culturas Dom Bosco – Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB);

- Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – setor: Serviço de Educação e Extensão (SEC);

- Pernambuco: Museu do Homem do Nordeste – Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj),

Ministério da Educação (MEC) – setor: Coordenação de Programas Educativos-Culturais;

- Rio de Janeiro:

- ✓ Museu da República – Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Ministério da Cultura (MinC) – setor: Coordenação de Educação;

- ✓ Museu da Vida – Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Ministério da Saúde – setor: Serviço de Educação em Ciências e Saúde (Seducs);

- ✓ Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCTI, setor: Coordenação de Educação em Ciências (CED);

- ✓ Museu de Folclore Edison Carneiro – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), MinC – setor: Programa Educativo/ Setor de Difusão Cultural;

- ✓ Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ministério da Educação – setor: Serviço de Assistência ao Ensino;

- Santa Catarina: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville<sup>9</sup> (MASJ) – Unidade de Patrimônio e Museus (UPM), Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), Prefeitura de Joinville – Setor de Educação;

- São Paulo:

- ✓ Museu da Língua Portuguesa – Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC-SP) – setor: Núcleo de Ação Educativa;

- ✓ Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo (USP) – setor: Seção técnica de Educação para o Patrimônio (Step)/ Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão (Dape);

- ✓ Museu do Futebol<sup>10</sup>, SEC-SP – setor: Núcleo de Ação Educativa;

- ✓ Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre<sup>11</sup>, SEC-SP – setor: Núcleo de Educação;

- ✓ Pinacoteca do Estado de São Paulo, SEC-SP – setor: Núcleo de Ação Educativa.

Os dados que apresentamos não são organizados por instituição, tendo em vista o protocolo estabelecido com os participantes e a ética que definimos, em se tratando da individualidade e do risco de recair ou levar o leitor a recair sobre uma avaliação ou julgamento institucional ou interinstitucional. Entendemos que não é o propósito do trabalho detalhar e/ou provocar

comparações entre instituições e setores de educação. Longe disso, visamos a um entendimento transversal que, ao mesmo tempo, valorize a participação de cada instituição, promova uma visão ampla e estimuladora do debate da educação museal no Brasil, mesmo que parcialmente.

## Apresentação e discussão dos resultados

Das 14 instituições participantes do projeto de pesquisa (Quadro 1), 5 estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro; 5 no estado de São Paulo, sendo 4

na capital e uma no interior. As cidades de Campo Grande-MS, Belém-PA, Recife-PE e Joinville-SC contam com um museu cada.

As instituições participantes são públicas<sup>12</sup>, com administração direta ou indireta, exceto o Museu das Culturas Dom Bosco. Sete museus estão relacionados a ministérios federais distintos – Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultura; Educação; Saúde. Ao todo são 3 museus universitários. Os 4 museus vinculados à SEC-SP têm gestão mista público-privada, compondo com organizações sociais de cultura sem fins lucrativos para a execução da política cultural do governo do Estado<sup>13</sup>.

**Quadro 1 – Distribuição dos museus da pesquisa por estado e vinculação institucional**

Cidade/Estado	Museu/ Ano de criação	Vinculação	F	E	M	U	Pu	Pr
Campo Grande-MS	Museu das Culturas Dom Bosco/ 1951	Missão Salesiana de Mato Grosso e Universidade Católica Dom Bosco				X		X
Belém-PA	Museu Paraense Emílio Goeldi/ 1866	MCTI	X				X	
Recife-PE	Museu do Homem do Nordeste/ 1979	MEC	X				X	
Rio de Janeiro-RJ	Museu da República/ 1960	MinC	X				X	
	Museu da Vida/ 1999	Ministério da Saúde	X				X	
	Museu de Astronomia e Ciências Afins/ 1985	MCTI	X				X	
	Museu de Folclore Edison Carneiro/ 1958	MinC	X				X	
	Museu Nacional/ 1822	UFRJ	X			X	X	
Joinville-SC	Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville/ 1969	Prefeitura de Joinville			X		X	
São Paulo-SP	Museu de Arqueologia e Etnologia/ 1989	USP		X		X	X	
	Museu da Língua Portuguesa/ 2006	SEC-SP		X			X	
	Museu do Futebol/ 2008			X			X	
	Pinacoteca/ 1905			X			X	
Tupã-SP	Museu Índia Vanuïre/ 1966			X			X	
Totais	14	-	7	5	1	3	13	1

Legenda: F = federal; E = vinculação estadual; M = vinculação municipal; U = universitário; Pu = público; Pr = privado.

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O primeiro setor de educação no Brasil é do Museu Nacional, “em 1927, com o surgimento do então Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, criado por Roquete Pinto” (IBRAM, 2018, p. 14), sem esquecer o empenho de Bertha Lutz nesse processo (LOPES, 2008). No Museu do Folclore Edison Carneiro, ocorrem ações de educação desde 1958, mas o setor se forma na década de 1980. No Museu Paraense Emílio Goeldi, a organização da ação de educação remete à década de 1980, o que ocorreu também com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (1985) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (1989).

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre foi criado em 1966 com estreita ligação com a educação e com a escola, mas teve o Núcleo de Educação implantado após o início da gestão da ACAM Portinari, em 2008. Na Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 1975, na gestão de Aracy Amaral: “São criados os laboratórios de desenhos para crianças, adolescentes, adultos e professores.” (PINACOTECA, 2021, s/pág.), e em 2002, na gestão de Marcelo Mattos Araújo, foi “implantada a área de ação Educativa” (PINACOTECA, 2021, s/pág.).

O Museu das Culturas Dom Bosco teve a ação de educação mais organizada a partir de 1997, quando a Universidade Católica Dom Bosco assume a gestão do museu. Em 2005, esse museu muda para uma nova sede, no Parque das Nações Indígenas, e o setor de educação foi ampliado. O Museu da Língua Portuguesa e o Museu do Futebol, inaugurados em 2006 e 2008, respectivamente, contam com seus Núcleos de Ação Educativa desde o início de suas atividades públicas.

A composição das equipes de educadores apresentou-se como multi ou interdisciplinar, sem restrição de formação, o que é um valor para todos os setores que participaram da pesquisa, considerando a diversidade de projetos e de públicos, como também a transversalidade que os setores de educação museal têm quanto a temas diversos, interações com outros setores na instituição e com entidades e organizações externas com as quais estabelecem ações conjuntas. Há de se mencionar, ainda, que a pesquisa manteve respeito à museodiversidade brasileira (NASCIMENTO JR.;

CHAGAS, 2006) e a representação de cada instituição nesse cenário.

Quanto à quantidade de profissionais, o quadro estável das equipes variava entre 4 e 40, à época da pesquisa. Oito instituições contrataram por projetos, variando entre 1 e 14 contratados temporariamente. Algumas instituições estavam sem estagiários ou com 1 ou 2, outras mantinham 14. Esses estagiários, inseridos na rotina do setor de educação, passaram por formação no campo de educação museal, ou mesmo para além dele, uma vez que a formação abrange o potencial dos museus.

Alguns setores de educação mantêm programas constante de estágio, ora com bolsas do CNPq, ora das universidades e/ou estruturas vinculadas ou, em um caso, com a qual mantinham parcerias, postura que se alinha à diretriz da portaria 422: “VI – valorizar a troca de experiências por meio de parcerias nacionais e internacionais para a realização de estágios profissionais em educação museal” (IBRAM, 2017a). No momento da pesquisa, somente dois setores de educação mantinham um voluntário cada um, deixando-nos a refletir sobre esses poucos números na relação com outros investimentos em pessoal, considerando que o voluntariado está previsto na lei nº 11.904 (Art. 9º):

Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público. [...] § 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Havia uma rotina interna intensa nos setores de educação museal, muitas vezes não explicitadas na pesquisa, mas deduzida, tão óbvias como nos parece, que vale a pena mencioná-la. Trata-se daquilo que envolve o agendamento das visitas, cadastro de escolas e entidades, professores e outros agentes, contato com distintos públicos para divulgação de atividades educacionais, elaboração de projetos e experimentações, desenvolvimento de didáticas

específicas, atualização do programa de educação em sintonia com a dinâmica de execução do plano museológico da instituição etc.

Outros aspectos da rotina são referentes ao controle quantitativo da visitação, elaboração e aplicação de estudos de público e de avaliação das visitas pelos visitantes, o que corresponde à portaria 422 (Art. 5º, sobre diretrizes, Eixo II):

II – reconhecer entre as atribuições do educador museal: a atuação na elaboração participativa do Programa Educativo Cultural; a realização de pesquisas e diagnósticos de sua competência; a implementação dos programas, projetos e ações educativas; a realização do registro, da sistematização e da avaliação dos mesmos; e promover a formação integral dos indivíduos. (IBRAM, 2017a).

Quanto à preparação sistemática e detalhada de relatórios do setor de educação, outro aspecto rotineiro, a portaria 422 (Art. 5º) informa sobre diretrizes para Gestão: IV “incorporar a contribuição dos setores de educação museal como parte integrante das programações e na constituição da memória do museu por meio do registro e divulgação de suas ações” (IBRAM, 2017a).

A pesquisa empírica revela e reforça outros três aspectos. O primeiro refere-se à transversalidade dos setores de educação, uma vez que suas ações partem das temáticas institucionais e do potencial do acervo. Nesse sentido, o programa de educação não está isolado na implementação do plano museológico, interagindo com os demais programas, muitas vezes articulando setores distintos, outras, articulando a instituição no exercício da sua missão. Os setores se referem à pesquisa sobre as coleções, a administração, particularmente quanto à recepção de visitantes, mas não se restringindo a esses, dadas as articulações que queremos valorizar, uma das características dos setores de educação.

O segundo aspecto refere-se a situar o programa de educação na política de gestão de acervo: “o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais os objetos são reunidos, organizados, pesquisados, interpretados e preservados” (LADKIN, 2015, p. 14). Essa política é integradora de todos os setores em torno do estatuto conceitual da instituição e envolve diversas áreas de

pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação museológica (exposição e educação principalmente) em torno do objeto museológico, o que entendemos como o processo de curadoria ou simplesmente curadoria.

A política que compreende, entre tantos pontos, a problemática do acesso aos *musealia* e à musealidade, como também a participação dos educadores naquilo que chamamos como a trajetória dos objetos museológicos, desde antes de se tornarem *musealia* até as sucessivas atribuições de valores, educacionais inclusive, o que denominamos como musealidade, por meio das interpretações, atribuição de sentidos e (re)significações (CURY, 2020). O que se quer destacar é a participação dos setores de educação museal na política de gestão de acervo, o que raramente é considerada. Trazemos para o debate as contribuições dos educadores no que concerne a essa política, especialmente quanto à legislação, interpretação e ética na interface e no diálogo com os distintos públicos do museu.

O terceiro aspecto está ligado às articulações externas com a formação de parcerias, contribuindo mais uma vez com o plano museológico e o fortalecimento político da instituição, observando-se a lei nº 11.904 (Art. 2º), que aponta como princípios fundamentais dos museus “o intercâmbio institucional” (BRASIL, 2009). O Art. 5º da portaria 422, completa esses princípios ao citar, no eixo Museus e Sociedade, seguinte diretriz: “estimular a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, promovendo a difusão da educação museal, em consonância com a PNEM, visando à formação integral.” (IBRAM, 2017a). As parcerias mencionadas envolvem, por exemplo, o Instituto Benjamin Constant, Fundação Pró Paz, prefeituras, secretarias estaduais e municipais ligadas à assistência social, diretorias de ensino, hospitais, universidades, fundações diversas, igrejas, organizações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs).

Quando indagados sobre as formas de divulgação das ações dos programas para o campo museal e outros relacionados, os participantes relacionaram: participações em eventos com comunicações orais e como palestrantes, participações em aulas de graduação ou pós-graduação, publicações em periódicos, capítulos

e livros e anais de eventos, entre outros. Esses esforços já atendiam, à época da coleta de dados, para a pesquisa à diretriz do Eixo II – Profissionais, formação e pesquisa, Art. 5º da portaria 422, principalmente quanto a:

V – potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em educação museal (IBRAM, 2017a).

Temos que destacar a organização de eventos para aprofundar discussões e fomentar as articulações, mas também a pesquisa de cunho educacional que todos os setores de educação realizavam de forma integrada aos diversos projetos, mas também com a constituição de grupos no Diretório de Pesquisa do CNPq e/ou centros de referência, colaborando com a lei nº 11.904 (BRASIL, 2009):

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências. [...] § 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Ainda no Art. 5º e no Eixo II da portaria 422, sobre as diretrizes do PNEM: “VIII – promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área.” (IBRAM, 2017a).

Para maior visibilidade dos programas de educação museal, no entanto, o incentivo da instituição é fundamental, mas também para tornar público o trabalho realizado por equipes comprometidas e a abrangência de públicos envolvida. A instituição também facilita as interações entre os setores do museu, pois muitos objetivos são comuns e compartilhados (CURY, 2014). Mas a instituição pode e deve eliminar ou minimizar os fatores que colocam a ação de

educação, muitas vezes, em situação menor dentro da instituição:

A educação é frequentemente relegada para os espaços fronteira do museu e, portanto, como atividade museal, subestimada. Neste sentido, as práticas de mediação são compreendidas como “práticas semivisíveis” e, como tal, são menos valorizadas academicamente e profissionalmente do que, por exemplo, o trabalho de estudo de coleções e curadoria (SEMEDO; FREITAS, 2017, p. 50).

A criatividade e flexibilidade das equipes dos setores de educação prevalecem sobre a quantidade de profissionais envolvidos, às vezes diminuta e organizada entre rotina interna e ações voltadas aos públicos. No aspecto da PNM (BRASIL, 2003; NASCIMENTO Jr.; CHAGAS, 2007), os programas surpreendem quanto à “perspectiva da diversidade cultural: diversidade de ações, com diversidade de tempos e estratégias para uma diversidade de públicos, com distintos interesses e necessidades” (CURY, 2014, p. 4437), mantendo-se a devida cautela sobre as especializações necessárias a projetos e ações com os públicos que demandam ações específicas voltadas a cada um deles – a equidade –, como pessoas com deficiências cognitivas, sensoriais e motoras ou em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de rua, internos em tratamento psiquiátrico. Como as ações com esses públicos derrubam barreiras culturais, ajudam a quebrar preconceitos, a garantir os direitos humanos? Pensar essas questões nos leva a entender, na sua aplicação prática, como as políticas públicas são relevantes.

No caso da lei nº 11.904: “Art. 2º São princípios fundamentais dos museus”, dos quais destacamos quatro pontos: “I – a valorização da dignidade humana; II – a promoção da cidadania; III – o cumprimento da função social; [...] V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural [...]”. No Art. 35 da mesma lei, “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”. O que a PNEM, pela portaria 422, trata como “acessibilidade plena ao museu”, Amanda Tojal (2007, 2015) advoga como uma acessibilidade comunicacional, ou seja, a

estruturação de formas específicas de comunicação museológica para distintos públicos com diferentes necessidades. A autora lembra também que há, nesse sentido, alguns aspectos ainda abertos para contemplação nas políticas públicas museais não compreendidos na “acessibilidade para todas as pessoas” (BRASIL, 2009) pela lei nº 13.146/2015, pois requerem diferenciações para se falar de equidade de fato (TOJAL, 2007, 2015), sendo este um trabalho mais complexo e que vai muito além da igualdade.

Uma das categorias proeminentes da educação museal corresponde aos grupos organizados<sup>14</sup>, que, por meio de diversas motivações, agendam a visita ao museu por meio de um agente promotor – na maioria das vezes o professor, quando a origem é a escola –, mas devemos lembrar que há outros agentes que representam suas organizações, como párocos, chefes de escoteiros, agentes sociais e educacionais, lideranças comunitárias, etc.

As exposições do sistema comunicacional da instituição (de longa duração e temporárias) têm papel relevante, mas podemos mencionar, ainda, com a mesma deferência, os circuitos de visitação nos jardins e parques integrados a alguns museus, reservas técnicas visitáveis e/ou visitas a reservas técnicas e nos espaços dos “bastidores do museu” e planetário inflável digital. Algumas instituições têm em seus circuitos exposições táteis, com ou sem recursos audiodescritivos ou táteis associados à exposição de longa duração. Nessa categoria de público organizado que se apresenta mediante agendamento de visitas, quando faz suas escolhas quanto a temas e circuitos, o escolar se mantém prioridade pela larga faixa etária que compreende e pela fase de formação dos envolvidos – crianças e jovens.

O professor, por sua vez, é um público, mas parte fundamental do processo, uma vez que tem como função:

[...] mediar o conhecimento apresentado na escola com a experiência no museu. Coisa que não é simples. Para os outros visitantes, a presença de grupos escolares desperta empatia, mas poucos atribuem o evento aos docentes. Evidentemente que os estudantes não chegaram lá sozinhos, foram levados. Quem os levou? O que houve para

que isso acontecesse? (BUCHMANN, 2014, p. 2).

O professor tem tratamento especial oferecido pelos setores de educação dos 14 museus, por meio de atendimentos, orientações para visita, publicações especiais e outras estratégias. As instituições reconhecem o papel desse agente multiplicador e sujeito ativo no processo de visita com grupos escolares e no desenvolvimento de correlações entre escola e museu.

Outras categorias de públicos organizados vêm ganhando peso a partir de iniciativas em prol de grupos específicos, como o de idosos. Nesse caso, podemos também introduzir a distinção entre grupos organizados que agendam visitas de algumas horas, daqueles que se formam a partir de uma iniciativa do setor de educação, por meio de cursos, oficinas, clubes de pesquisa e outras estratégias.

A ação de educação em exposições potencializa a comunicação em museus (CURY, 2005), como bem sabem os educadores, na teoria, na prática e nas discussões compartilhadas no campo de educação museal. No entanto, nem sempre os setores de educação participam dos processos de curadoria de exposições, a depender da instituição. O distanciamento da equipe de educadores dos processos de elaboração expográfica traz consequências à valorização do setor:

De ello se desprende la invisibilidad de educadores y educadoras que, a pesar de representar a los visitantes, ni siquiera han sido consultados, incluidos o reconocidos en las primeras fases de la organización expositiva (PADRÓ; HERNÁNDEZ, 2001, p. 3).

Esse apartamento do setor de educação não é um estratagema contra a educação, mas o *modus operandi* do modelo pós-moderno de organização de museus e outras instituições culturais na lógica da indústria do entretenimento, o que Carla Padró (2003) entende como democratização da cultura disciplinar para atrair visitantes, como forma de validação do que a instituição faz e estrutura para se sustentar, por meio da construção de uma imagem institucional forte e coesa. As exposições têm papel

nesse modelo, pelo seu potencial recreativo de experiências lúdicas e de interatividades propostas, estetização e apelo sensorial. Nesse sentido, as exposições se organizam entre curador, designer e produtor cultural, o educador chega no final para o atendimento dos públicos.

O que queremos ressaltar é que a contraparte que a educação defende para si é outra:

O sea, lo que aquí interesa, es tener presente que los procesos de comisión, curatorship, gestión y educación son reinventados a partir de estructuras más flexibles, de trabajo en equipo, de patronatos más civiles, de des-estructuras museológicas y de proyectos polivocales (PADRÓ; HERNÁNDEZ, 2001, p. 2).

Carla Padró (2003) nos apresenta outro modelo de organização, o pós-moderno revisionista com proposta democrática, em que a educação e o educador teriam outro lugar de atuação e de contribuição:

Por ello, se entiende la cultura institucional no desde una visión fija, sino como un espacio de distintas culturas y subculturas donde confluyen una serie de dilemas, contracciones y tensiones en relación con los procesos de selección y de producción de conocimiento. Ya no estamos ante la dicotomía entre novel y experto, entre profesional y artesano, sino que nos encontramos en un modelo en red donde confluyen diferentes visiones y versiones que son hechas públicas (p. 58).

O que trazemos para a discussão sobre o programa de educação em museu recai sobre a instituição onde o programa se insere e os modelos de gestão museal. Há uma articulação entre plano museológico e programa de educação, e como essa articulação acontece está em análise crítica.

A participação do setor de educação nos processos expográficos, conforme os dados da pesquisa, pode ocorrer com maior frequência com as exposições temporárias, ou mesmo com aquelas propostas pelos setores com temas específicos e/ou com a produção artística dos públicos de projetos educacionais específicos. Nessa última situação, a exposição pode ser itinerante. Mas, com regularidade e grande maestria, os setores de educação elaboram

roteiros temáticos para as exposições, jardins e parques, o que consiste em trabalho de curadoria seguramente. Curadoria dentro da curadoria, recuradoria, otimização de diferentes caminhos que são diferentes leituras e interpretações, para diferentes públicos.

Una visita no implica necesariamente el recorrido de todos los puntos de intensidad que componen una exposición. En otras palabras, la instalación consciente de nudos a lo largo del recorrido no garantiza el comportamiento de los sujetos; sin embargo, siempre hay algo más que puede hacerse en función del movimiento de los cuerpos en el espacio para que desde diferentes posiciones del visitante se planteen caminos, puntos de mayor o menor intensidad y direcciones posibles que se correspondan con los vínculos narrativos que queremos dar a conocer o a interpretar (ALDEROQUI, 2012a, p. 30-31).

Os recursos produzidos pelos setores de educação são os mais diversos. As publicações compreendem: para o público escolar, almanaque, braille-tinta<sup>15</sup>, folhetos temáticos, guia de visita, para citar alguns exemplos levantados na pesquisa.

Os processos de elaboração de jogos foram mencionados, desde os conhecidos (quebra-cabeça e jogo da memória) até os originais, criados a partir da problemática educacional do museu. Os jogos têm usos diversos no museu ou para empréstimo. Outra linha criativa volta-se para a produção de kit – termo amplo para recursos que reúnem objetos, cópias ou réplicas, impressões 3D, impressos e orientações para uso, tudo organizado em torno de um tema e embalado para guarda e transporte. No geral, os kits – por vezes denominados malas ou malas – são produzidos para empréstimo para escolas e organizações diversas, embora possam ser utilizados no espaço do museu.

Há muitos outros recursos produzidos pelas equipes: vídeos, multimídias, acervos sonoro e visual, coleções didáticas, aparatos interativos, brinquedoteca e biblioteca, galeria tátil, recursos multissensoriais, audioguia, videoguia, maquetes táteis, etc.

Também outras ações acontecem, como programas de mídia e longa duração com jovens em “clubes” organizados pelo museu e atividades sistemáticas, como feiras de ciência e para promoção

de brinquedos populares e artesanato indígena ou outros.

A diversidade de ações pode ser completada com palestras, cursos, visitas técnicas, atividades artísticas, sessões de vídeo, apresentações de teatro, observação da natureza e do céu, escavação arqueológica simulada, encontros com professores, uma noite no museu, atividades de férias, turismo cultural, ações em feira de rua e na praia, visita estimulada, como também dinâmicas e brincadeiras.

A agenda anual dos setores de educação tem aderência à programação da Semana Nacional e da Primavera dos Museus, Semana do Índio, Semana da Criança, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Semana Nacional de Astronomia, Olimpíada Brasileira de Astronomia, Olimpíada Internacional de Astronomia e Astronáutica.

Pelo conjunto de ações de educação museal que as 14 instituições envolvidas na pesquisa ofereciam no período da pesquisa, acionamos o Art. 31 da lei nº 11.904 (BRASIL, 2009): “As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.” Mas também, e principalmente:

Los museos concebidos como espacios para la comunicación (foros) son lugares donde se genera conversación y se sostiene la interacción, creando ámbitos y situaciones en los que la gente se encuentre, pueda darse cita para disfrutar, intercambiar, construir, compartir ideas, discutir y participar en la producción y uso del acervo. (ALDEROQUI, 2012a, p. 33).

Agrupados em grandes categorias, com o cuidado para não esconder a diversidade, os públicos dos setores de educação museal compreendem um grande espectro social. Conforme a lei nº 11.904 (BRASIL, 2009): “Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros: [...] III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus.” Nesse sentido, os programas de educação museal colaboram, somando-se ao fato que formam públicos, procurando-os e

estabelecendo relações dialógicas, na sede do museu ou em outros espaços da sua abrangência de atuação.

Relacionamos os públicos dos setores de educação dos 14 museus, expandindo a relação já apresentada anteriormente (CURY, 2014), como seguem:

#### I. Organizado com agendamento

- ✓ Escolar: estudantes e professores (educação infantil, ensinos fundamental e médio, EJA);
- ✓ Universitário: estudantes e professores
- ✓ Cegos e com deficiência visual (ligados a escolas ou entidades);
- ✓ Cadeirantes e com dificuldade de locomoção (ligados a entidades);
- ✓ Com deficiência cognitiva (ligados a escolas ou entidades);
- ✓ Surdos (ligados a escolas ou entidades);
- ✓ Idosos (ligados a entidades);
- ✓ Escoteiros (em grupo);
- ✓ Indígenas (artesãos, alunos e professores indígenas)

#### II. Organizado pelo/no museu

- ✓ Crianças e adolescentes;
- ✓ Idosos;
- ✓ Indígenas (artesãos);
- ✓ Autistas e com déficit de atenção;
- ✓ Jovens em capacitação e empreendedorismo;

#### III. Espontâneo

- ✓ Familiar;
- ✓ Adultos;
- ✓ Cegos;
- ✓ Cadeirantes e com dificuldade de locomoção;
- ✓ Com deficiência cognitiva;
- ✓ Surdos;
- ✓ Idosos;
- ✓ Indígenas;
- ✓ Escoteiros;
- ✓ Turistas;

IV. Em situações específicas	✓	Educadores e agentes
✓ Pacientes e/ou internos em tratamento de saúde;	✓	socioeducativos; Educadores e agentes socioculturais;
V. Em situação de exclusão social	✓	Educadores de cegos;
✓ Jovens internos/em fase de reinserção social;	✓	Alunos de graduação em estágio curricular;
✓ Pessoas em situação de rua;	✓	Bolsista de iniciação científica;
✓ De casas de acolhimento (conhecidas por albergues);	✓	Alunos de pós-graduação;
✓ Jovens beneficiados de bolsa família (em processo de evasão escolar);	✓	Jovem aprendiz;
✓ Pessoas em situação de vulnerabilidade social;	✓	Agentes de turismo;
	✓	Profissionais de entidades que buscam informação;
	✓	Outros em formação profissional;
VI. Do entorno da instituição e/ou do território de abrangência do museu	X.	De eventos
✓ Famílias;	✓	Espontâneo;
✓ Escola + família;	✓	Organizado: escolar e outros;
✓ Infantil;	XI.	Outros
✓ Jovens/adolescentes;	✓	Públicos de praia/banhistas;
✓ Escolar: estudantes e professores;	✓	Público de/na feira;
✓ Idosos;	✓	Profissionais de jardinagem;
✓ LGBT;	✓	Não visitante;
✓ Baixa escolaridade;	✓	Adulto contraventor.
✓ Trabalhadores e operários;		
✓ Negros;		
VII. Comunidades/grupos tradicionais		
✓ Pescadores;		
✓ Coletores;		
✓ Agricultores;		
✓ Moradores de unidades de conservação;		
✓ Caranguejeiros;		
✓ Pescadores;		
✓ Carambolas;		
✓ Indígenas;		
✓ Ribeirinhos;		
✓ Sem terra;		
VIII. Profissionais de/do museu		
✓ Profissionais do museu;		
✓ Educadores e profissionais de museus;		
IX. Em formação, capacitação ou treinamento profissional		

Com esse vasto panorama de públicos, queremos valorizar as interações entre ações museológicas e educacionais que contribuíram com a formulação de políticas públicas que, por sua vez, seguem dando diretrizes museológicas para o desenvolvimento de instituições fincadas na democracia, conforme define a lei nº 11.904 (BRASIL, 2009), no Art. 29: “Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.”

### Alguns pontos em discussão

Entre tantos dados levantados nos setores de educação dos 14 museus e questões analisadas, por aquilo que as políticas públicas promovem, alguns pontos merecem maior atenção, especialmente

aqueles que se referem às políticas educacionais nas instituições.

Um deles recai sobre a relação entre museu e escola, como uma “força coletiva” entre educação não formal e formal, envolvendo profissionais das duas instituições, unidos em torno de algo novo que “alcançam um impacto social mais amplo quando essas instituições combinam as suas ações em um projeto construído em conjunto e dividindo as tarefas de acordo com suas missões e especificidades.” (VASCONCELLOS, 2013, p. 39).

Outro aspecto refere-se à especificidade da ação de educação museal e o papel do educador. Muitas questões poderiam ser levantadas nesse sentido, mas nos interessa caminhar para aquilo que consideramos como essencial. O conceito de mediação nos ajuda a refletir sobre isso. Há várias definições de mediação, mas a flexibilidade e reflexividade são essenciais numa ação dialógica de trocas e construções conjuntas, em ações significativas para profissionais e públicos que interagem, por isso a mediação não pode ser programada, como defendem Semedo e Freitas (2017). Então, nem sempre a mediação acontece e nem tudo permite a mediação, o que não significa ausência de campos de domínios a serem construídos numa prática com características desenvolvidas por profissionais preparados – os educadores de museus.

A mediação é uma elaboração cujo processo é um exercício de curadoria que envolve a instituição museu como lugar de produção de conhecimento, de interpretação, experiências cognitivas, emocionais e sensoriais, de preservação de coleções, de memórias, culturas e narrativas, lugar de encontros, disputas, conflitos, mas também da prática da tolerância (CURY, 2005). O museu é uma instituição ancorada na tolerância e, para isso, precisamos da educação e da mediação, do educador e do mediador.

O educador não é o único mediador no museu, a função educativa do museu é exercida por vários atores, mas este artigo privilegiou as contribuições da educação museal e do papel insubstituível do educador.

A curadoria em museus é realizada por pesquisadores que se debruçam sobre as coleções e, em decorrência dos resultados que alcançam, a

curadoria acontece na elaboração das exposições. No entanto:

O sentido histórico de subjugação do trabalho do educador à reprodução dos discursos expositivos será aqui contrariado, porquanto o cargo de curadoria pedagógica se apresenta na proposição do programa educativo da exposição, permitindo-lhe criar um espaço curatorial e educativo reveladoramente colaborativo e que caminha a par e passo com os outros espaços de mediação. O trabalho de curadoria educativa define-se (está a definir-se?) quer a partir da conquista do espaço reivindicado pelos educadores, quer pela flexibilização (e interesse?) dos espaços curatoriais em relação ao tema (SEMEDO, FREITAS, 2017, p. 57).

Curadoria e mediação não são a mesma coisa. Curadoria não é mediação – mas pode ser. Porém, mediação é ato de curadoria diferente de outras contribuições curatoriais que coabitam o espaço do museu. As curatorias realizadas pelos educadores museais se estruturam na comunicação no sentido da dialógica como princípio, mas como ação que envolve tanto as condições de emissão das mensagens quanto a recepção e os públicos integralmente.

O diálogo, como método – e como designação – cria um sentido transversal que indica uma aproximação do trabalho realizado tanto pelo mediador (dialogante), quanto pelo curador (pedagógico e dialogante) no exercício das suas tarefas (com o público e no âmbito da instituição). A educação de caráter museal revê-se neste modelo, aspirando a partir de práticas culturais ampliadas, expondo-se à crítica e à reflexão partilhada (SEMEDO, FREITAS, 2017, p. 58).

“Este tipo de conversación ‘elaborada’, colaborativa y constructiva, se enfoca en la naturaleza del significado y la experiencia del museo y permite la reflexión acerca de los procesos de negociación cultural entre el museo y el visitante” (ALDEROQUI, 2012a, p. 33), trabalho que, ao nosso ver, não precisa ser procurado, pois já se encontra nos 14 museus da pesquisa, como em tantas outras instituições museais do Brasil.

## Considerações finais: contar histórias com detalhes humanos

As políticas públicas são importantes para orientar as ações sociais. A PNM e a PNEM foram construídas num esforço do campo museal para reunir e consolidar iniciativas em curso, avançar e orientar a implementação de outras ações, considerando as funções museais. A realidade empírica é, por outro lado, riquíssima e nos revela um universo em expansão e em sintonia social permanentemente. A política dá suporte e orienta, mas é no museu que as equipes de educadores se empenham na realização de tantos programas estruturados para distintos públicos, em respeito à diferenciação e à equidade.

Os dados coletados na pesquisa qualitativa de base empírica são muitos e diversificados e revelam informações das instituições em pauta quanto à complexidade dos programas de educação museal, criatividade, empenho e dedicação, como também preparo dos educadores para o ofício da educação em museus. Um dos alicerces da educação museal é o dialogismo que se dá de distintas formas entre profissionais e públicos, por isso o diálogo como método nos parece bastante favorecedor do tipo de relação que os educadores introduzem nos museus cotidianamente, por meio dos programas que elaboram e atualizam constantemente.

Apesar de todas essas considerações elevadas sobre os setores de educação museal, as equipes e programas elaborados minuciosamente, a dúvida que se coloca é como valorizar e melhor situar a educação museal nos processos museológicos de forma simétrica a tantas outras especializações, como é do seu mérito.

Em plena pandemia de coronavírus que atravessamos desde 2020, muitas questões sobre valores e públicos são levantadas (PONTE, 2020) para o presente e para o futuro. No sentido da travessia de um estágio pré-pandêmico, pandêmico para outro pós-pandêmico, Jones (2020, s/pág.) afirma que “Os museus que passarão pela Era da Quarentena serão os que entenderão as necessidades emocionais de seus públicos, enquanto buscam se manter financeiramente estáveis.” Essa afirmação nos faz crer que haverá um pêndulo que corre de um lado para outro, o que nos deixa uma enorme dúvida

sobre o lugar da educação museal e do educador de museu, uma vez que esse profissional é o mais preparado no museu para as questões dialógicas, mas também o mais desfavorecido no jogo de forças no museu, como expusemos.

A autora coloca o desafio de um novo propósito ligado às necessidades dos públicos e como o museu pode se adaptar a isso a uma nova missão, e indaga: “O que há no coração pulsante de sua missão [museal]?” (JONES, 2020). É exatamente entre o vai e vem do pêndulo e o jogo de forças internos de cada museu que as políticas públicas precisam se colocar, ultrapassando os limites da sustentabilidade dos museus, mas lembrando que a sobrevivência econômica do museu deve ser trabalhada na dimensão social e educacional. Nessa direção, reafirmando, os educadores são os profissionais mais bem preparados para tratar de tantas sensibilidades humanas, pois vêm desenvolvendo essa atitude há tempos. Dessa forma, fechamos este artigo com reflexões pré-pandêmicas recentes, mas que nos parecem atuais e válidas para o futuro do museu numa sociedade impactada pela pandemia do coronavírus, contanto com a atuação dos educadores:

Como curadores de visitantes también podemos analizar la programación interpretativa del museo para elaborar nuevos relatos que permitan establecer lazos con temáticas concernientes a las grandes cuestiones humanas (sufrimiento, creencias, nacimiento, alimentación, refugio, generaciones, muerte, alegría, tristeza, etc.). Contar historias con detalles humanos (ALDEROQUI, 2015, p. 40).

## Agradecimentos

A Magaly Cabral e Normanda Freitas, Museu da República; Hilda da Silva Gomes, Museu da Vida; Eugênio Reis Neto, Sibeles Cazelli e Maria Esther Alvarez Valente, Museu de Astronomia e Ciências Afins; Marina Sartori de Toledo, Museu da Língua Portuguesa; Maurício André da Silva, Museu de Arqueologia e Etnologia; Tamimi David Rayes Borsatto, Museu Índia Vanuíre; Mila Milene Chiovatto, Pinacoteca do Estado de São Paulo; Ialê Cardoso, Marcelo Continelli, Daniel Magnanelli de

Araújo e Jeferson Pereira dos Santos, Museu do Futebol; Guilhermina Ribeiro e Andréa Costa, Museu Nacional; Ana Cretton e Lucila Telles, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; Gerson Machado e Flávia Cristina Antunes de Souza, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville; Silvia Brasileiro, Museu do Homem do Nordeste; Lucia das Graças Santana, Hilda Guedes, Ana Cláudia Silva, Filomena Secco, Helena Quadros, Luiz Videira, Museu Paraense Emílio Goeldi; Dirceu van Lonkhuijzen, Museu das Culturas Dom Bosco.

A todas(os) as(os) profissionais e equipes que se dedicam cotidianamente à educação museal. Bravo!

## Notas

- 1 Ceca é a sigla em inglês de: Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (Icom).
- 2 O autor apoia-se em Maria Paula Dallari Bucci (2006).
- 3 Projeto de pesquisa CNPq, processo nº 40144720111.
- 4 A obra do MEC citada por Rubim é: “Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil.”
- 5 Nesse sentido, sem prejuízo de possíveis interações, nos importa diferenciar educação museal e educação patrimonial: “[...] c) sem deixar de reconhecer as similitudes entre as duas, a educação museal tem suas especificidades, a exemplo do estudo, fruição e comunicação dos objetos ou saberes e fazeres numa perspectiva diferenciada da abordagem do patrimônio.” (TOLENTINO; CASTRO, 2020, p. 249).
- 6 Resultados parciais e preliminares foram apresentados no XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), 2014, com o título “Programas de educação em museus e seus públicos”.
- 7 À época, a Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro (REM-RJ) nos passou o formulário usado durante as visitas técnicas feitas pela rede aos museus.
- 8 Neste artigo foram mantidos os vínculos e denominações da época de coleta de dados.
- 9 Entrevista realizada por Cristiane Eugênia Amarante.
- 10 Para esse museu, os dados foram obtidos durante a realização do Programa do Núcleo de Ação Educativa.
- 11 Dados coletados durante a execução do convênio entre a USP (por meio do MAE-USP) e a Acam Portinari (por meio do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuúre).
- 12 Conforme a lei nº 11.904, “Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.”

13 Sobre as gestões e organizações sociais, ver ACAM Portinari

(<https://www.museuindianuivre.org.br/o-museu/institucional/gestao/>), ASPAC (<http://apacsp.org.br/>), IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/o-museu/> e <https://museudofutebol.org.br/idbrasil/>). Acesso em: 27 nov. 2020.

14 Na publicação “Conceitos-chave da educação em museus: documento aberto para discussão” (SÃO PAULO, 2015), os grupos de escolares diversos constam como “Público agendado” com os “Grupos institucionais”.

15 Impressão simultânea em braille e letras ampliadas em português. Destina-se a pessoas com deficiências visuais. Sobre isso, ver: Brasil (2020).

16 Está fora dos propósitos do artigo descrever as ações mencionadas. No entanto, esse esforço foi compreendido por Ana Delicado (2013).

## Referências

- ALDEROQUI, Silvia. Curaduría educativa. *In*: ALDEROQUI, Silvia (Ed.). **Los visitantes como patrimonio**: el museo de las escuelas. Buenos Aires, 2012a. p. 28-37.
- ALDEROQUI, Silvia. Profesión: educador/a de museo. *In*: ALDEROQUI, Silvia (ed.). **Los visitantes como patrimonio**: el museo de las escuelas. Buenos Aires, 2012b. p. 38-45.
- ALDEROQUI, Silvia. El museo de los visitantes. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 7, p. 30-42, 2015.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Bases para a Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus. Brasília, DF, [2009]. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Conheça o programa de livros didáticos para estudantes com deficiências visuais**. Brasília, DF, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13439-conhe%C3%A7a-o-programa-de-livros-did%C3%A1ticos-para-estudantes-com-defici%C3%AAncias-visuais>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. v. 1.

BUCHMANN, Luciano Parreira. **Escolares nos museus**: Ensaio do novo público como ato político de educadores intelectuais. **Midas**, n. 3, p. 1-13, 2014.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica**: uma perspectiva teórico-metodológica de recepção. 2005. 366f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURY, Marília Xavier. Educação em Museus: Panorama, Dilemas e Algumas Ponderações. **Ensino em Re-Vista**, v. 20, n. 1, p. 13-28, 2013.

CURY, Marília Xavier. Programas de Educação em Museus Brasileiros e Públicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: ECI: UFMG, 2014. p. 4430-4447. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt9>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CURY, Marília Xavier. Educação museal: a participação do MAST no cenário brasileiro. *In*: VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibebe (Orgs.). **Educação e divulgação da ciência**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 11-33.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020.

DELICADO, Ana. O papel educativo dos museus científicos: públicos, atividades e parcerias. **Ensino em Re-Vista**, v. 20, n. 1, p. 43-56, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e dá outras providências. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Política Nacional de Educação Museal (PNEM)**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF, 2018.

JONES, Andrea. **Museus durante o “apocalipse”**: como desenvolver empatia e se conectar com seus públicos. Tradução de Beth Ponte. 14 mai. 2020. Disponível em:

<<https://medium.com/@pontebeth/museus-durant-e-o-apocalipse-como-desenvolver-empatia-e-se-conectar-com-seu-p%C3%BAblico-8121026917e3>>.

Acesso em 27 nov. 2020.

LADKIN, Nicola. Gestão de acervo; BOYLAN, Patrick J. (Ed.). **Como gerir um museu**: manual prático. Brodowski-SP: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015. p. 14-24.

LOPES, Maria Margaret. Convite à leitura: “o conceito do museu está em plena evolução”. In: MIRANDA, Guilherme Gantois *et al.*, (Orgs.). **A função educativa dos museus**. Berta Maria Julia Lutz. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008. p. 19-23.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciência e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 91-101, 2000.

NASCIMENTO JR., José do; CHAGAS, Mário. Museus e política: apontamentos de uma cartografia. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: Iphan, 2006. p. 13-17.

NASCIMENTO JR., José do; CHAGAS, Mário. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007.

PADRÓ, Carla; HERNÁNDEZ, Fernando. ¿Cómo pueden los educadores y educadoras facilitar políticas interpretativas más allá de la conservación del patrimonio. In: CONGRESO IBÉRICO DE EDUCACIÓN ARTÍSTICA, 1., 2001, Maia-Portugal. **Anais eletrônicos** [...]. Maia-Portugal, 2001. Disponível em: <<https://praktikarte.files.wordpress.com/2013/04/educadoras-y-educadores.pdf>>. Acesso: 14 nov. 2020.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. In: LORENTE, Jesús-Pedro (Dir.); ALMAZÁN, David (Coord.). **Museología crítica y arte contemporánea**. Zaragoza: Pressas Universitarias Zaragoza, 2003. p. 51-70.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Site oficial**. São Paulo. Disponível em: <<http://pinacoteca.org.br/a-pina/cronologia/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PONTE, Beth. **Reabertura cultural além dos protocolos**. 7 jun. 2020. Disponível em: <<https://medium.com/@pontebeth/reabertura-cultural-al%C3%A9m-dos-protocolos-445dff7c4dc9>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura (SEC). **Conceitos-chave da educação em museus**: documento aberto para discussão. São Paulo, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 31, n. 1, p. 183-203, 2008.

SEMEDO, Alice; FREITAS, Vanessa Nascimento. Enquadramentos e reenquadramentos pedagógicos da autoridade em museus. In: SHIGUNOV NETO, Alexandre; FORTUNATO, Ivan; LOPEZ, José Manuel Touriñan (Orgs.). **Educação não formal e museus**: aspectos históricos, tendências e perspectivas. São Paulo: Edições Hipótese, 2017. p. 48-63.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. 322f. Tese (Doutorado

em Cultura e Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quem e para quem? **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 7, p. 190-202, 30 out. 2015.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Res Pública - Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 7, n. 1, p. 9-28, 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra; CASTRO, Fernanda. Encruzilhadas entre a educação patrimonial e museal: histórico, interfaces e conexões. *In*: MAGALHÃES, Fernando; *et al.*, (Orgs.). **Museologia e património**. Leiria: Politécnico de Leiria, 2020. p. 228-264. v. 3.

VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. Educação em museus: qual é a especificidade deste campo? Qual é a importância de se respeitar de forma rigorosa suas especificidades? **Ensino em Re-Vista**, v. 20, n. 1, p. 29-42, 2013.